

SEÇÃO ARTIGOS

Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano¹

Historiography of the cemeteries of Vitória/ES as urban territory

Historiografía de los cementerios de Vitória/ES como territorio urbano

DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v12i25.63941>

 [Paloma Barcelos Teixeira](#)²

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Espírito Santo, Brasil
e-mail: paloma93barcelos@hotmail.com

Resumo

Neste artigo investigamos os cemitérios enquanto território urbano, considerando duas perspectivas: como territórios e como elementos de expressão cultural. A temática cemiterial, embora pouco explorada, possui um potencial significativo para estudos acadêmicos. Nosso objetivo é, através da narrativa das construções dos cemitérios de Vitória, relacionar as transformações sociais da segunda metade do século XIX às mudanças territoriais no espaço público da cidade. Para isso, apresentamos os resultados de uma pesquisa exploratória realizada por meio da plataforma da Biblioteca Nacional Digital Brasil, que disponibilizou a Hemeroteca Digital Brasileira. Utilizamos fontes primárias, documentos e materialidades para investigar as trajetórias e a aceção territorial dos cemitérios, bem como as transformações do espaço cemiterial. Observamos que a trajetória dos cemitérios de Vitória revela significativas mudanças socioculturais e urbanísticas que refletem as dinâmicas sociais e políticas da época. Concluímos que os cemitérios são indicadores importantes das transformações urbanas e sociais, que contribuem para a compreensão histórica e cultural da cidade.

Palavras-chave

Cemitérios; Cidade; História; Território.

¹ Este artigo é uma versão atualizada do resumo expandido intitulado “O Cemitério como espaço territorial urbano: historiografia do caso de Vitória (ES)”, apresentado no 16º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (30 anos, atualização crítica). Esta atualização se faz necessária devido a novas descobertas que surgiram após a conclusão da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo proporcionando uma revisão e aprofundamento dos dados previamente analisados.

² Mestre e doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, com foco na historiografia dos cemitérios de Vitória/ES e em toponímia urbana. Membro associada da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, n° 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Abstract

In this article we investigate cemeteries as urban territories, considering two perspectives: as territories and as elements of cultural expression. Cemetery studies, though rarely explored, hold significant potential for academic research. Our objective is to relate the social transformations of the second half of the 19th century to territorial changes in the city's public space through the narrative of the construction of cemeteries in Vitória. To achieve this, we present the results of an exploratory research carried out through the platform of the Brazilian National Digital Library, which provided access to the Brazilian Digital Newspaper Library. We used primary sources, documents, and materialities to investigate the trajectories and territorial significance of cemeteries, as well as the transformations in cemetery spaces. We observed that the trajectory of the cemeteries in Vitória reveals significant sociocultural and urbanistic changes that reflect the social and political dynamics of the time. We conclude that cemeteries are important indicators of urban and social transformations, contributing to the historical and cultural understanding of the city.

Keywords

Cemeteries; City; History; Territory.

Resumen

En este artículo investigamos los cementerios como territorios urbanos, considerando dos perspectivas: como territorios y como elementos de expresión cultural. La temática cemeterial, aunque poco explorada, tiene un potencial significativo para los estudios académicos. Nuestro objetivo es, a través de la narrativa de las construcciones de los cementerios de Vitória, relacionar las transformaciones sociales de la segunda mitad del siglo XIX con los cambios territoriales en el espacio público de la ciudad. Para ello, presentamos los resultados de una investigación exploratoria realizada a través de la plataforma de la Biblioteca Nacional Digital Brasil, que proporcionó acceso a la Hemeroteca Digital Brasileña. Utilizamos fuentes primarias, documentos y materialidades para investigar las trayectorias y la acepción territorial de los cementerios, así como las transformaciones del espacio cemeterial. Observamos que la trayectoria de los cementerios de Vitória revela cambios socioculturales y urbanísticos significativos que reflejan las dinámicas sociales y políticas de la época. Concluimos que los cementerios son indicadores importantes de las transformaciones urbanas y sociales, que contribuyen a la comprensión histórica y cultural de la ciudad.

Palabras clave

Cementerios; Ciudad; Historia; Territorio.

Introdução

Os cemitérios são espaços de rituais fúnebres que comportam arte mortuária, cultura, signos e memória. Estão inscritos no tecido urbano e passaram por um processo de secularização. Compreendemos também que a palavra cemitério está necessariamente associada à ideia de morte, contudo, o termo evoca, na memória individual de cada um de nós, contextos variados: para alguns, tristeza e despedida; para outros, arte e narrativas; para outros ainda, um negócio lucrativo.

Em todos os casos, os cemitérios são os equipamentos sociais de depósito e guarda dos corpos mortos, principais sedes dos ritos fúnebres e locais oficiais de expressão do luto. Partindo dessa premissa, definimos o cemitério como um elemento urbano que resolve uma questão civilizatória: o destino dos corpos humanos após a morte (Teixeira, 2022).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Enquanto espaços sagrados que refletem a vida cotidiana, os cemitérios traduzem o reflexo dos vivos em seus túmulos, por meio de representações individuais ou familiares, de diversas formas. Organizados como pequenas cidades, com uma lógica de planejamento cuidadoso, esses locais movimentam negócios e revelam estratificações sociais, evidenciadas pelas ruas que separam os túmulos. A história dos cemitérios reflete a implantação de uma ordem cultural desenvolvida por grupos sociais em sua inter-relação com a finitude da existência humana (Petruski, 2007).

A relação entre cidade e cemitério está diretamente associada à relação da sociedade com a morte. Nesse sentido, acreditamos que o cemitério, tal como se verifica hoje, é um território repleto de cultura material e imaterial, onde — por meio da arquitetura, escultura, arte mortuária, dos materiais para produção das sepulturas, dos signos e significados — é possível compreender a memória e a identidade da sociedade na qual estão inseridos espacialmente (Borges, 2002; Almeida, 2016). Assim, conforme Sloane (2018), percebe-se que os cemitérios podem ser compreendidos como territórios de memória aptos a estudos acadêmicos que revelam muito além do que é visível a um olhar desprezioso.

Nesse sentido, a Geografia tem desempenhado um papel importante na análise dos cemitérios ao utilizar diversas subáreas — sociais, culturais e físicas — para entender como a morte impacta o espaço urbano e a organização territorial. No Brasil, os estudos cemiteriais começaram a ganhar força nas últimas décadas, acompanhando os debates internacionais sobre a relação entre cemitérios e o desenvolvimento urbano.

Um dos primeiros estudos geográficos da temática foi o de Uyvão Antonio Pegaia, em 1967, em que o autor analisou a distribuição das necrópoles em São Paulo. Pegaia observou um desequilíbrio entre o crescimento populacional e a capacidade dos cemitérios, e destacou a necessidade de novas abordagens no planejamento urbano. Ele também evidenciou como os rituais relacionados à morte moldam a paisagem urbana e o desenvolvimento das cidades (Pegaia, 1967).

Nesse mesmo sentido, o geógrafo Eduardo Rezende escreveu *O Céu Aberto na Terra* em 2004, no qual investigou a expansão urbana e sua relação com os cemitérios em São Paulo. No mesmo ano, idealizada por Rezende e alguns historiadores, foi fundada a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), o que impulsionou ainda mais esse campo de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

estudos. A associação promove encontros e publicações que tratam os cemitérios como espaços multifacetados, e atualmente conta com pesquisadores associados de várias áreas, desde arquitetos, geógrafos, historiadores a antropólogos e engenheiros, o que demonstra a amplitude dos estudos cemiteriais.

Nos anos seguintes, a pesquisa geográfica sobre cemitérios no Brasil se diversificou, incluindo análises ambientais e de planejamento territorial. Estudos como os de Petsch, Monteiro e Bueno (2011) examinaram os impactos de cemitérios em bacias hidrográficas, enquanto outros, como Leli *et al.* (2012), enfatizaram a importância das normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para minimizar os impactos ambientais dos cemitérios.

A contaminação de lençóis freáticos por necrochorume também se tornou foco de preocupação, com pesquisas analisando casos específicos, como os de Bacigalupo (2018) e Rocha *et al.* (2017), que estudaram os impactos em cemitérios no Rio de Janeiro e Alagoas, respectivamente. Essas investigações geográficas frequentemente se concentraram em estudos de caso, como visto em Pereira (2018) e Nascimento (2019), que analisaram a contaminação do solo em diferentes regiões do Brasil.

Outro foco das pesquisas geográficas recentes tem sido o cemitério como espaço potencialmente turístico. Estudos vinculados à Geografia Humana identificaram cemitérios como territórios sagrados e espaços de educação não formal, promovendo roteiros turísticos baseados em personalidades e narrativas culturais (Figueiredo, 2017). A pandemia de COVID-19 também trouxe, recentemente, os cemitérios para o centro das discussões geográficas devido à falta de sepulturas e à necessidade de novas áreas para enterros (Teixeira; Freire, 2020, Nascimento, 2020).

Essas investigações geográficas evidenciam que os cemitérios são espaços dinâmicos, influenciados por fatores sociais, culturais e ambientais. No entanto, antes dessas abordagens contemporâneas, os cemitérios estavam profundamente enraizados em práticas religiosas e econômicas tradicionais já que, nas cidades, o sepultamento dos corpos no interior das igrejas ou em terrenos contíguos a elas era característica da matriz cultural católica, que considerava sinal de prestígio espiritual a definição do local do descanso eterno próximo de suas referências e de seus signos de proteção. Percebia-se uma divisão territorial de matriz econômica na medida

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

em que o sepultamento no interior das igrejas estava reservado às famílias mais importantes, e aquele realizado nos terrenos contíguos, aos “outros” (Ariès, 1990).

Em grande parte do mundo, a partir da primeira metade do século XIX, com o surgimento do higienismo e dos fundamentos do sanitarismo, o modelo tradicional que estabelecia uma relação espacial entre os cemitérios e as igrejas foi alterado. As preocupações sanitárias deslocaram, de forma gradual, o local dos sepultamentos para as periferias dos complexos urbanos. A medicina apropriou-se do fenômeno da morte, avançando sobre o espaço da religião.

Em diversos lugares, esse fenômeno ocorreu quando foi necessário lidar com epidemias que produziram grande número de mortes. Foi o que aconteceu na cidade de Vitória/ES, onde os sepultamentos sistemáticos em cemitérios públicos só tiveram início nos primeiros anos do século XX, após as administrações públicas municipais de Vitória terem elegido a região do bairro de Santo Antônio, distante do centro da capital, para sediar alguns dos seus principais e primeiros cemitérios.

Atualmente, Vitória, capital do Espírito Santo, é o centro da Região Metropolitana da Grande Vitória. Localizada em uma ilha de 96,5 km², a cidade se destaca por sua geografia singular, composta por morros, áreas costeiras e um complexo sistema hidrográfico, como pode ser verificado na Figura 1. O Porto de Vitória desempenha um papel central na economia, sendo estratégico para a exportação de minério e produtos agrícolas, enquanto o setor de serviços e o comércio complementam o desenvolvimento econômico local. Com bons indicadores de educação, saúde e renda per capita, a cidade enfrenta, contudo, desafios ambientais relacionados à preservação de suas áreas costeiras e manguezais, fatores que impactam diretamente seu planejamento urbano (Teixeira; Robaina, 2023).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 1 – Mapa de localização de Vitória, Espírito Santo, Brasil



Fonte: Produzido por Teixeira e Grandi (2023).

Diante desse cenário, torna-se relevante entender de que forma os processos de transformação da sociedade e dos seus rituais de morte implicaram transformações territoriais no espaço físico das necrópoles da região analisada.

Metodologia

Este artigo propõe uma pesquisa com o objetivo de aprofundar conceitos preliminares sobre a temática dos cemitérios, buscando explorar e possibilitar a compreensão dos cemitérios da cidade de Vitória/ES no contexto urbano. Primeiramente, realizamos uma extensa pesquisa por meio da plataforma da Biblioteca Nacional Digital Brasil, que disponibiliza a Hemeroteca Digital Brasileira. Esse acervo reúne um conjunto organizado de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, o que permite acesso a uma rica fonte de dados históricos.

A partir dessa plataforma, reunimos as fontes primárias dos Relatórios da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e de diversos jornais, incluindo o *Correio da Victoria*, *Typographia Capitaniense*, *O Estado do Espírito Santo*, *O Autonomista* e o *Diário da Manhã*. Esses periódicos, publicados na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, foram fundamentais para a análise dos dados compilados e das citações textuais, que adaptamos à língua portuguesa contemporânea.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

Além das fontes digitais, também consultamos documentos históricos no Arquivo Municipal de Vitória (APMV) e no Arquivo Público do Espírito Santo (APEES). Essas instituições forneceram documentos complementares que enriqueceram nossa pesquisa.

Com esses elementos, apresentaremos um panorama do fenômeno da secularização dos cemitérios de Vitória/ES, destacando como a administração das necrópoles foi gradualmente transferida das igrejas para a prefeitura municipal. Esse processo caracterizou a necrópole como um equipamento público laico, em contraponto aos espaços sagrados e ao poder espiritual.

A Vitória oitocentista e o cenário cemiterial

Vitória é uma das mais antigas cidades do Brasil, fundada em 1551. Localizada em uma ilha na costa sudeste do país, se desenvolveu como um importante porto e centro administrativo ao longo do século XIX. Durante esse período, a cidade enfrentou diversos desafios relacionados à urbanização, saúde pública e infraestrutura. Sua economia era impulsionada pelo comércio, especialmente de café e outros produtos agrícolas, que transitavam pelo porto, contribuindo para o crescimento e complexificação da estrutura urbana. No entanto, a cidade também lidava com problemas típicos das áreas urbanas emergentes, como surtos de doenças, incluindo a febre amarela, que impactaram a vida cotidiana e a organização espacial da cidade. Foi nesse contexto que se discutiu a necessidade de modernizar os serviços públicos, incluindo a criação de cemitérios afastados do centro urbano (Teixeira, 2022).

Em 23 de maio de 1851, Felipe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa com um discurso que, posteriormente reproduzido em um relatório pela *Typographia Capitaniense*, abordou, entre outros temas, a “salubridade pública”. Nesse aspecto, o presidente da província abordou a questão da luta contra a febre amarela, que em cinco meses havia ceifado mais de 200 vítimas. O presidente lamentava que, apesar de terem sido tomadas várias medidas, faltava a criação de um cemitério, afastado do centro da cidade, que acabasse com “o inveterado e prejudicial costume de fazerem-se os enterramentos nas igrejas” (1851, p. 15).

Para Leal, o “estabelecimento de um cemitério, com divisões separadas para cada confraria, [satisfaria] as necessidades dessa capital, onde, no termo médio, a mortalidade é anualmente de menos de 200 indivíduos” (1851, p. 17) em tempos de normalidade. Sabemos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

que essa prática já vinha sendo adotada em outras províncias e, observamos que a criação de cemitérios distantes dos centros nem sempre estava relacionada à intenção de retirá-los da autoridade da igreja, que continuava a administrá-los por meio de suas confrarias e irmandades. Leal solicita à Assembleia que legisle sobre o tema:

legislai, senhores, nesse sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhes conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos. Quando em cemitério próprio e sagrado, os mesmos ofícios se podem celebrar pelo eterno descanso dos mortos (1851, p. 17).

Percebe-se que não se tratava propriamente de uma alteração dos costumes fúnebres devido às urgentes demandas causadas pelas epidemias, mas sim de repensar o lugar geográfico dos mortos na cidade. A gestão do cemitério extramuros não excluiria a responsabilidade das irmandades, mas talvez apenas incluísse a parceria da administração pública. O cenário construído no Espírito Santo não foi idêntico em outras partes do país (Rodrigues 1997; Reis, 1991; Rocha, 2013). Geralmente, a localização das necrópoles era apenas uma das contendidas. Por exemplo, no Rio de Janeiro e na Bahia, houve intensos debates sobre como e por quem esses espaços deveriam ser gerenciados: se pela administração pública ou pela Igreja e suas organizações. No entanto, essa questão não despertou grandes embates em território capixaba.

Conforme Reis (1991), a discussão sobre uma nova perspectiva para os sepultamentos no Brasil começou com os médicos a partir de 1830, vinte anos antes de Pereira Leal. Para esses médicos:

a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam focos de doença, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com as ideias civilizatórias da nação que se formava. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros (Reis, 1991, p. 247).

O *Correio da Victoria* era uma publicação periódica da cidade que circulava às quartas e sábados de cada semana por meio da *Typographia Capitaniense*. Trazia atos públicos, anúncios, correspondências e comunicados pagos. No sábado, 17 de junho de 1854, o *Correio* informou que, no expediente do dia 05 de junho de 1854, foi nomeada uma comissão de três membros “para examinar se o terreno dentro dos muros do convento de São Francisco desta

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

cidade ou suas imediações têm as condições necessárias para um cemitério público, cumprindo que se proceda a esta diligência com a possível brevidade” (1854a, p. 2). No sábado seguinte, 24 de junho de 1854, o jornal relatou o expediente do dia 16 de junho, quando o secretário de governo ordenou ao primeiro secretário da Assembleia Legislativa Provincial, por determinação do presidente da província, que instrísse a câmara municipal a indicar “um lugar com as comodidades necessárias para a edificação de um cemitério público” (1854b, p. 1).

Essa urgência foi devida às pressões dos sanitaristas e à discussão de um projeto de lei que resultou na aprovação da Lei Provincial nº 9, de 1854, que determinava a construção de um cemitério público na capital. Ficou estabelecido que a câmara municipal de Vitória deveria construir uma ponte de madeira até a ilha do Príncipe, onde, teoricamente, seria erguido o novo cemitério municipal. No sábado, 2 de julho de 1855, o *Correio da Victoria* noticiou o Relatório da Secretaria de Governo da Província, apresentado no final de maio, informando que o Governo Imperial havia comunicado ser impossível ceder a Ilha do Príncipe, pois apenas a Assembleia Geral, e não a Provincial, tinha essa autoridade. O presidente da província solicitou que a Assembleia local voltasse a deliberar, já que:

o estabelecimento de um cemitério fora desta cidade é uma necessidade indeclinável. Pessoas competentes a quem tenho consultado sobre esse objeto, me dizem que fronteiro à referida Ilha do Príncipe, há um terreno tão apropriado como ela para o cemitério. E, a ser isso assim, parece-me mais vantajosa a ideia de ser ele ali estabelecido, porque, dispensando a ponte, haveria economia de tempo e dinheiro (1855, p. 1).

O fato é que, anualmente, havia previsões de despesas provinciais para a construção do cemitério público, mas nenhum projeto avançava. A urgência, motivada pelas pressões dos sanitaristas, resultou na tramitação simultânea de vários projetos distintos. Em 30 de julho de 1854, a Lei Provincial nº 16 iniciou o processo de solicitação ao governo Imperial para o uso da Ilha do Príncipe. Poucos dias antes, em 24 de julho de 1854, foi publicada a Lei Provincial nº 9, que fixava despesas e orçava as receitas provinciais para o ano financeiro seguinte. Bonicenha (2004) e Derenzi (1965) informam que essa lei abriu um crédito de 4:000\$000 (quatro contos de réis) para construção de um cemitério no Morro do Pinto. Já para o historiador capixaba Basílio Daemon, a obra “foi com efeito começada, mas, como a maior parte das obras desta província, nunca foi concluída, apesar de terem-se despendido com este cemitério não

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

poucos contos de réis” (Daemon, 2010, p. 390). O Morro do Pinto, localizado muito distante do centro de Vitória, não foi o único projeto que enfrentou dificuldades de execução:

Devido à falta de recursos do erário provincial, as obras iniciadas pelo impulso do flagelo da cólera e da febre, ficaram inacabadas, sem cerca que protegesse os túmulos, servindo o campo santo de pastagem para os animais (Bichara, 1984, p. 191).

A partir desse período entre 1854 e 1855, surgiram as primeiras propostas para estabelecer um espaço para cemitérios na região do sítio Santo Antônio, especificamente no Morro do Pinto, um arrabalde distante do centro da cidade e isolado por difícil acesso, onde era mais fácil chegar navegando pela baía de Vitória do que por vias terrestres. Segundo Derenzi, em 1965, esse antigo cemitério já estava “abandonado e transformado em favela” (1965, p. 148).

O Morro do Pinto é a elevação natural situada exatamente em frente ao atual cemitério de Santo Antônio, com sua face oposta voltada para a Baía de Vitória. Não restam vestígios desse cemitério atualmente, apesar de que “Dr. Fernandes de Barros, em 1861, no seu relatório, diz que tal cometimento havia absorvido 20:000\$000! Para murá-lo foi preciso que S.M.D. Pedro II concorresse com um conto de réis de suas economias particulares” (Derenzi, 1965, p. 148). No entanto, o presidente da província na época, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, relatou à Assembleia Legislativa Provincial em 1861 que Fernandes de Barros escolhera o local, mas todo o dinheiro gasto até então havia sido em vão, pois o cemitério permanecia “aberto, exposto ao pastar dos animais, como se não fosse um terreno santificado” (Pereira Júnior, 1861, p. 37).

Com o fracasso do projeto da Ilha do Príncipe em 1855, o cemitério do Morro do Pinto tornou-se a principal expressão das medidas emergenciais adotadas no Espírito Santo durante a epidemia de febre amarela da década de 1850. No auge da epidemia no Brasil, esse cemitério, ainda que precário e inacabado, foi o primeiro cemitério extramuros a funcionar em Vitória.

Criado em um momento de exceção, sua preocupação principal não era com a memória, mas com o afastamento dos corpos. Preocupar-se com a morte e com os mortos é uma atividade dos tempos de paz (Pitte, 2004) e, embora não houvesse uma guerra, o período de criação desta necrópole não foi marcado por normalidade e paz. Alguns historiadores, devido à falta de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

referências disponíveis, omitem a existência desse cemitério. No entanto, diversas evidências consolidam sua existência, mesmo que ele tenha permanecido inacabado (Teixeira, 2022).

Embora, ano após ano, houvesse previsões de despesas provinciais para a construção de um cemitério público, nenhum projeto foi plenamente concluído. Durante o período de formação do cemitério do Morro do Pinto e o fracasso do projeto da Ilha do Príncipe (entre 1854 e 1856), a administração pública examinou a área do Convento de São Francisco em busca de soluções para a questão cemiterial. Esse exame resultou em alguns avanços, embora não tenha resolvido o desejo de construir um cemitério fora dos limites da cidade, já que o antigo Convento estava localizado na parte alta do Centro.

A construção de um cemitério fora dos limites da cidade dependia de um bom acesso, e o Morro do Pinto era distante demais, enquanto o Convento estava no Centro da cidade (embora não dentro de uma igreja!). Convento e Morro do Pinto desenvolveram usos distintos e adquiriram diferentes níveis de importância e expressão no cenário urbano da cidade ao longo dos anos. Ambos seguiram adiante, enfrentando suas próprias dificuldades.

O Convento de São Francisco foi construído em 1591 para acolher noviços dedicados à vida religiosa. Durante o período Colonial, o prédio abrigou até 25 noviços em 1765. A cozinha do edifício foi uma das primeiras a receber água encanada, vinda do aqueduto que captava água das matas da Fonte Grande. A construção incluía a Igreja principal, dedicada a São Francisco, e uma capela da Ordem Terceira da Penitência.

Em 1856, após a cidade de Vitória ser afetada por outras epidemias além da febre amarela (varíola e cólera), a cessão do convento foi a única medida que o poder público conseguiu implementar para a construção de um cemitério público. Os terrenos do Convento foram cedidos ao governo municipal para sepultamentos, deixando a construção abandonada e, eventualmente, em ruínas, para que pudesse ser usada exclusivamente como cemitério público.

Desde então, os obituários nos jornais referiam-se ao “cemitério público desta cidade” ou simplesmente “do cemitério público”, sempre no singular, aludindo ao cemitério público provincial do Convento de São Francisco. Não havia nenhum cemitério público dentro da cidade, pois o cuidado com os mortos, segundo a tradição judaico-cristã ocidental, era responsabilidade da Igreja. Esse cenário foi questionado pelas urgências das epidemias e pela medicina social, que transferiam essa responsabilidade da Igreja para o Estado.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

Os sepultamentos do Morro do Pinto, longe da cidade, não eram registrados nos jornais, eram complicados, menos numerosos e geralmente envolviam cadáveres socialmente anônimos. Muitos dos outros sepultamentos que ocorriam na cidade, quando não resultantes das epidemias, continuavam sendo realizados em terrenos particulares pertencentes à igreja ou de suas irmandades, coexistindo por algum tempo com a necrópole do Convento.

Em 1856, durante a transição de poder na presidência da província para José Maurício Fernandes Pereira de Barros, o Barão de Itapemirim orgulhosamente afirmou que “a epidemia de *cholera morbus* acha-se extinta nessa capital, continuando nas freguesias de Viana e Cariacica com alguma intensidade” (1856a, p. 4-5). O Barão relatou que, em Vitória, 358 vítimas da cólera foram sepultadas, com um máximo de 18 falecidos por dia. Entre as medidas relatadas, o Barão mencionou que proibiu:

o enterramento nas igrejas, à vista da representação que me dirigiu o Dr. Chefe de Polícia. A princípio, sepultaram-se os corpos no cemitério da Santa Casa da Misericórdia, mas, sendo julgado insuficiente, criou-se provisoriamente um outro em terreno do Convento de São Francisco, que até hoje está servindo. A carência de um cemitério geral é urgentíssima nesta capital e tenho toda a convicção de que V. Excelência tomará em consideração esta necessidade (1856a, p. 6).

Contudo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em relatório posterior publicado no mesmo ano (1856b), expressou convicção de que os sepultamentos não deveriam mais ocorrer dentro dos templos por questão de saúde pública, mas não houve mudança na prática. Seus sucessores também não promoveram alterações.

A partir de 1856, o jornal *Correio da Victoria* frequentemente publicou ordens da Secretaria do Governo, para que o administrador de rendas provinciais pagasse os salários dos trabalhadores do “cemitério público de São Francisco”, o único existente. Em 30 de junho de 1856, o *Correio* divulgou a lei n. 10, de 16 de junho do mesmo ano, que revogava as normas anteriores sobre o tema e determinava, em seu artigo único, que “o cemitério público dessa capital será construído no lugar designado pelo presidente da Província” (*Correio da Victoria*, 1856, s.p.). No entanto, a aplicação dessa lei foi novamente superada pela realidade dos fatos, e o cemitério de São Francisco continuou sendo o único.

Em 1864, quase dez anos depois, Eduardo Pindahiba de Mattos informou no seu relatório que:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.
Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.
ISSN: 2316-8544



Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

Conquanto se tenha consumido perto de trinta contos de réis dos cofres provinciais com o cemitério público desta cidade, ainda este não está concluído e, ao contrário, muito resta a fazer-se. Situado na colina em que se acha o convento de São Francisco e contíguo a este, parece-me apropriado o lugar e suficiente o terreno para ele destinado, entretanto, o seu recinto não está de todo convenientemente defendido da invasão dos animais. Pode-se dizer mesmo que não temos ainda cemitério público na Capital e, sim, apenas um lugar que serve para enterramentos. Contrista ver-se ofendida a memória dos mortos e expostos seus restos a serem pisados pelos brutos. A capela que ali existe ainda está muito longe de prestar-se ao serviço a que é destinada. As irmandades de São Benedito, de N. S. dos Remédios e do S. Sacramento fundaram ali seus cemitérios. O desta última oferece um aspecto mais lisonjeiro, achando-se já todo cercado de grades de ferro e dividido o seu terreno em campas cobertas com lápides de mármore. Quisera pedir-vos que votásseis alguma quantia para adiantamento daquela obra, mas a deficiência da renda provincial me impossibilita. A Santa Casa da Misericórdia também tem o seu cemitério particular próximo ao respectivo hospital. Posto que pequeno e sem elegância, acha-se, todavia, murado e convenientemente fechado, e assim, guardados com mais reverência os restos dos que ali descansam. Nele se acham levantadas seis catacumbas (Mattos, 1864, p. 45-46).

Observa-se que, mesmo nos cemitérios denominados públicos, a presença das irmandades da igreja é significativa. A designação de “público” geralmente indicava que o governo participava dos gastos com salários e melhorias, quando estas existiam. No mesmo relatório, Pindahiba de Mattos descreveu brevemente a situação dos cemitérios ditos públicos em locais que hoje são outros municípios, como Serra, Viana, Cariacica, entre outros. Em todos esses casos, as informações foram obtidas junto aos padres das regiões.

Em 2 de agosto de 1871, o jornal *Correio da Victoria* publicou a Resolução 127, do Governo da Província, que estabeleceu um “Regulamento para os Cemitérios”, datado de 25 de julho de 1871. Em resumo, o regulamento definiu que:

Ficam proibidas as inumações que não sejam em cemitérios públicos (quanto à cidade de Vitória, no único, o cemitério público de São Francisco) ou nos privados legalmente permitidos (quanto à cidade de Vitória, o da Santa Casa e os das irmandades religiosas).

São considerados públicos os cemitérios cuja administração e custeio estiverem a cargo das câmaras municipais.

São considerados privados os das ordens regulares, terceiras, confrarias, irmandades e casas de caridade.

Nos municípios onde não houver cemitérios públicos, as câmaras, de acordo com as autoridades eclesiásticas, escolherão lugar para estabelecê-los.

Todo cemitério será cercado por muros, grades ou madeiras em seus limites.

Ao lado dos cemitérios públicos haverá terreno separado, com entrada à parte, mas também fechados, reservado ao enterramento de cadáveres de pessoas que não professem a mesma religião do Estado.

Nos cemitérios públicos e privados não haverá separação alguma, além de ruas ou espaços intermédios, tendo, cada um deles uma cruz no centro, em cuja base se leia a denominação da corporação a que pertencem.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Só é permitido o enterramento em igrejas dos seus religiosos, dos irmãos e filhos destes.

Nos cemitérios serão sepultados cadáveres em: sepulturas, carneiros e catacumbas. Carneiros e catacumbas serão de primeira e segunda ordem, custam 20 mil reis e 10 mil reis respectivamente; Sepulturas rasas serão de primeira, segunda e terceira ordem, custando 6, 4 e 2 mil reis.

As sepulturas podem ser abertas apenas depois de três anos. Os carneiros e catacumbas, depois de 4 anos. Exceção se fará aos enterramentos de cadáveres de moléstias contagiosas ou epidêmicas, cujos túmulos não devem ser reabertos.

Monumentos e mausoléus são permitidos, mas sua área será definida pelo poder público e não custará menos de 20 mil reis. Sua conservação fica a cargo dos que as possuírem. Se ficarem em ruínas, serão demolidas e os ossos removidos para o ossário comum.

Terão sepulturas grátis os pobres (mediante atestado dos padres das paróquias a que pertenciam), os presos pobres, os cadáveres achados sem que haja quem lhes dê sepultura.

São definidas as medidas das sepulturas e a distância entre elas, sendo possível sepultar apenas um cadáver em cada uma, exceto em tempos de epidemia, quando valas comuns serão regulamentadas.

São apresentadas várias medidas de manutenção da ordem nos ambientes cemiteriais, definidos horários de visitas, proibidos pernoites, escalar muros, subir em árvores, colher frutos, conduzir animais, violar sepulturas etc.

Em tudo o que for concernente à jurisdição do poder eclesiástico, será estritamente observado o que se achar por ele determinado (Correio da Victoria, 1871, s.p.).

Seguindo essas diretrizes, o cemitério público de Vitória coexistiu com os de várias irmandades e com o da Santa Casa de Misericórdia durante as décadas subsequentes. Os obituários do jornal *O Estado do Espírito Santo* apresentam diversos exemplos de breves relatos sobre a vida dos falecidos e a indicação de seus locais de descanso final, incluindo alguns capixabas ilustres e outros que a passagem do tempo tornou anônimos: Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Cemitério da Santa Casa, Cemitério da Confraria de N. S. da Boa Morte, Cemitério de Nossa Senhora do Monte do Carmo (ordem do Carmo) etc.

Derenzi (1965, p. 148) menciona o famoso relatório solicitado pela presidência da província ao sanitarista Manoel Goulart de Souza, apresentado em 1876, sobre o estado sanitário da capital. Manoel Goulart de Souza era Inspetor de Saúde Pública e do Porto da província, chefe do “serviço vacínico”, médico da Companhia de Aprendizes de Marinheiros, professor de inglês e benfeitor conhecido em grande parte do Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Entre outras questões, o relatório abordava a situação dos cemitérios, como relatam Piva e Siqueira (2005):

Retratando os cemitérios por ele visitados, assegurava que o da Misericórdia continuava muito lotado e seria ainda mais inadequado por estar localizado no Campinho, local de baixada e muito transitado por moradores da região. O de São

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Francisco também não estava em boas condições de higiene, embora apresentasse uma situação melhor que o cemitério da Santa Casa. A necrópole franciscana, contudo, estava situada em terreno extremamente argiloso e numa região que proporcionava, em dias de ventos mais fortes, uma grande difusão de areias malcheirosas pela cidade. Continuando sua exposição sobre os cemitérios de Vitória, o médico comentou que o da Ordem da Penitência não passava de um monte de buracos em paredes completamente expostas ao sol, onde frequentemente se encontravam vestígios de cadáveres espalhados pelo chão. O campo-santo da Ordem de Nossa Senhora do Carmo estava “abaixo de toda a crítica” diante de sua total precariedade, segundo Dr. Manoel Goulart. Tanto o cemitério da Irmandade do Carmo, quanto o cemitério da Misericórdia estavam situados na cidade baixa, em ruas movimentadas, o que causava um grande problema para a população, que era obrigada a conviver com os cemitérios centrais e todos os problemas que tal proximidade causava a saúde pública e o cotidiano urbano. O cemitério da Irmandade do Rosário, apresentava os mesmos problemas do cemitério São Francisco: muito pequeno para a quantidade de sepulturas e condenado por estar ao lado da Igreja e da movimentação de seus frequentadores. Por ser de terreno alagadiço, segundo o médico, de todos os campos santos, esse era o pior e apresentava uma situação de terror porque os mortos ficavam expostos. Por estar alagado, a água em contato com os restos mortais, proporcionava o desaparecimento da forma humana em cinco ou seis meses, ficando apenas os ossos, acarretando o infiltramento dessa matéria orgânica no solo. Tal situação contaminava a terra e a água da região, gerando doenças na população vizinha (Piva; Siqueira, 2005, p. 18-19)

Além dessas condições, os cemitérios de Vitória continuavam localizados dentro dos limites urbanos, o que permaneceu sendo uma fonte constante de preocupação. Isso pode ser verificado na planta da cidade de Vitória, datada de junho de 1873 localizada no acervo do Arquivo Nacional. Destacamos nessa planta os cemitérios existentes na cidade na época e verificamos a centralidade desses equipamentos urbanos no centro populacional. Vejamos a Figura 2:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

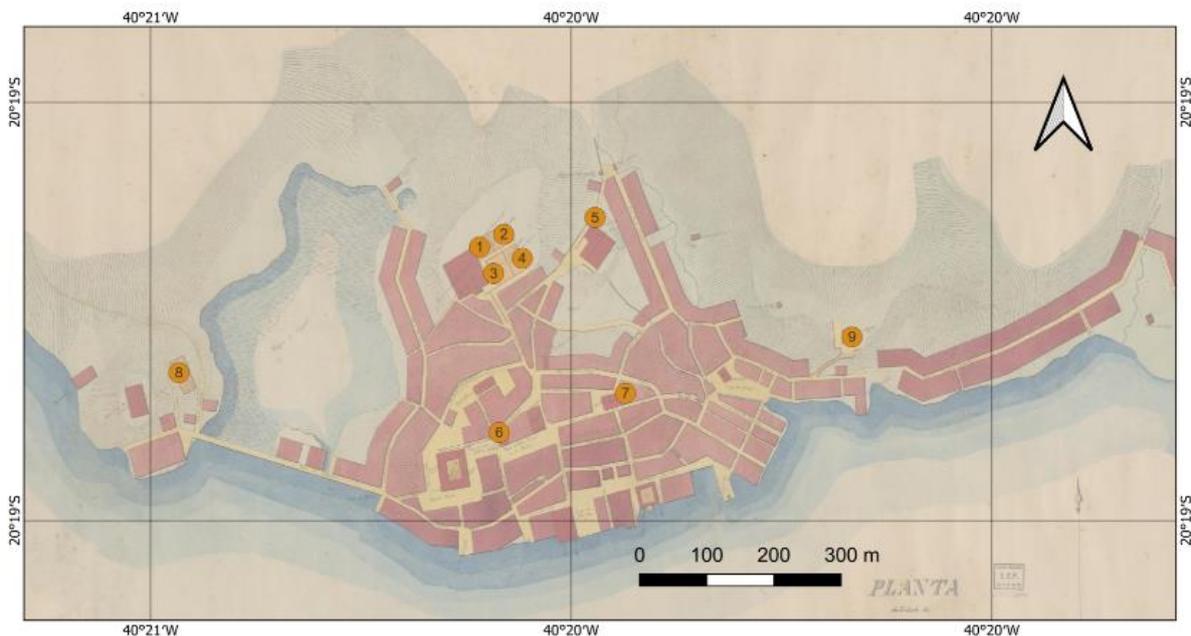
Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 2 – Planta da cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo, junho de 1873.



Fonte: Banco Digitalizado do Arquivo Nacional, com numerações dos cemitérios produzidos por Teixeira e Robaina (2023).

Na Figura 2 podem ser observados a cidade de Vitória e seus respectivos cemitérios, sendo eles: (1) cemitério da irmandade do Santíssimo Sacramento, (2) cemitério público junto à Igreja e Convento de São Francisco, (3) cemitério da irmandade de São Benedito, (4) cemitério da irmandade de São Benedito do Rosário, (5) cemitério da igreja Bom Jesus (igreja do Carmo), (6) cemitério da igreja Nossa Senhora da Misericórdia, (7) cemitério da Igreja Matriz de Vitória, (8) cemitério da Santa Casa de Misericórdia e (9) cemitério da igreja do Rosário dos Homens Pretos. O Morro do Pinto e o sítio Santo Antônio, localizados à Oeste, não estão representados no mapa, justamente por estarem fora do centro urbano.

Por volta de 1890, com novos surtos de febre amarela, os debates de política higienista voltaram a se preocupar intensamente com a necessidade da desativação dessas necrópoles e com a inauguração de uma nova, distante da cidade. Em 16 de janeiro de 1890, o jornal *O Estado do Espírito Santo* publicou, na seção de cartas à redação, um texto sobre “saneamento da capital”. Entre outros tópicos, o texto discutia a necessidade de remover os cemitérios da cidade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Remover os cemitérios, tal como se pode conceber da locução, não será extinguir o mal que eles fazem, será remover o mal. Para onde? É a questão que atualmente preocupa o espírito de quantos sinceramente se condoem do nosso estado sanitário e cuidam de melhorá-lo. Desde que é um mal, quanto mais para longe, melhor: dos males, o menor. [...] Converia estabelecer o cemitério em Jucutuquara? Em Maruhype? Em Santo Antônio? (O Estado do Espírito Santo, 1890, p. 2).

Diversas teorias surgiram, e as soluções mais inusitadas foram propostas nessa época. Somente em 1894 o projeto de um cemitério público fora da cidade ganhou impulso a partir de uma transformação territorial importante: a abertura de uma estrada de acesso (primeiro acesso por terra) ao arrabalde de Santo Antônio, onde se localizava o sempre inacabado cemitério do Morro do Pinto. Nos primeiros meses do ano de 1894, o jornal *O Estado do Espírito Santo* já reportava essas iniciativas concretas da municipalidade. Em 28 de março, o secretário do governo municipal de Vitória, José Antônio Villas Boas, anunciou a concorrência pública para a construção da estrada que ligaria a Vila Moscoso ao sítio Santo Antônio.

Com a construção da estrada, nos últimos anos do século XIX, o precário cemitério ganhou usabilidade e começaram a ser publicados obituários e registros oficiais sobre ele, sob a denominação de “cemitério de Santo Antônio”. Na sexta-feira, 8 de junho de 1894, foi publicado o primeiro obituário no jornal *O Estado do Espírito Santo*. Embora essa não tenha sido a primeira inumação, é uma das referências mais antigas do funcionamento desta necrópole.

Faleceu ontem, de febre amarela, o jovem Antônio Ferreira, português, 23 anos de idade, empregado dos Srs. Serrat & Smith. É o terceiro caso que se dá na casa desses negociantes, sendo este o único fatal. Os outros doentes foram tratados pelos Srs. Serrat em um alojamento distanciado do seu estabelecimento, mantendo-se sempre o isolamento e procedendo-se a contínuas desinfecções. Acham-se já restabelecidos. O cadáver de Ferreira foi logo conduzido para o Cemitério de Santo Antônio (O Estado do Espírito Santo, 1894, p. 1).

Logo após esse fato, começaram a ser publicados registros de pagamento de salários para pelo menos três funcionários do cemitério público de Santo Antônio, além de relatos sobre acontecimentos pitorescos acontecidos nos primeiros tempos de funcionamento do local.

Em agosto de 1895, um jornal de oposição ao governo, conhecido como *O Autonomista*, acusou a administração municipal de ter recusado o enterro a vítimas de varíola no Cemitério de Santo Antônio. Embora não tenhamos acesso à matéria original, em 20 de agosto o jornal

governista *O Estado do Espírito Santo* publicou a defesa da municipalidade feita pelo administrador do cemitério:

o cadáver do varioloso Manoel Pedro da Silva, a que se refere o jornal *O Autonomista*, foi sepultado neste cemitério em uma das covas que se costuma ter sempre abertas para dar-se enterramento a pessoas falecidas no lazareto e enfermarias da cidade. É verdade que, tendo sido depositado o cadáver em uma das sepulturas referidas pelas pessoas que o conduziam e, havendo os respectivos coveiros advertido àquelas pessoas que não podiam fazer sua audiência, pois a eles competia determinar o local para se verificar o sepultamento, julgaram-se ofendidas as mesmas pessoas pela advertência feita, declararam que o cemitério era público e que depositariam o cadáver em qualquer cova aberta que achassem. A observação dos aludidos coveiros foi justa em virtude da ordem do administrador efetivo desse cemitério, segundo tenho conhecimento e ciência própria (*O Autonomista*, 1895, p. 2).

Em setembro de 1895:

o cadáver de um indivíduo que se supõe ser tripulante do vapor austríaco Baross, vitimado pela febre amarela, foi ali sepultado sem a presença de encarregados do cemitério e sem a exibição da guia do escrivão do registro civil. Constituindo esse fato grave abuso, o Presidente do governo municipal oficiou o Dr. Chefe de Polícia para abrir um inquérito para ser punido o infrator ou infratores das posturas municipais que regem o caso. Uma outra circunstância digna de reparo: os tais coveiros misteriosos deixaram o cadáver meio enterrado, pelo que foi preciso, na manhã seguinte, o administrador do cemitério providenciar convenientemente (*O Autonomista*, 1895, p. 2).

Além dos sepultamentos mencionados nos jornais da época em 1894 e 1895, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) possui registros civis de óbitos de pessoas enterradas no cemitério de Santo Antônio a partir de março de 1896. Da mesma forma, o Arquivo Público do Município de Vitória preserva o livro de assentamento dos cadáveres inumados no cemitério público de Santo Antônio, cuja escrituração começou em 31 de agosto de 1895. Todos esses registros referem-se ao antigo cemitério do Morro do Pinto, que, nessa época, tornou-se acessível por terra e deixou de ser destinado exclusivamente aos mortos das epidemias.

Elementos do contexto da virada de século

A chegada dos primeiros missionários protestantes no Brasil não é o foco deste estudo. Contudo essa história é bastante documentada e está situada entre o final do século XIX e o início do século XX (Assis, 2019).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

No final do século XIX e início do XX, os primeiros batistas que viviam na Bahia começaram a viajar e evangelizar no Espírito Santo. Após os primeiros capixabas se converterem, “chegaram ao estado missionários da Junta para legitimar as primeiras Igrejas batistas em solo espírito-santense” (Assis, 2019, p. 133). Foi nesse contexto que os missionários estadunidenses Loren Marion Reno e Alice Marion Reno chegaram à capital do Espírito Santo, em outubro de 1904. Esse novo elemento da virada de século marcou o início da construção de uma legitimidade religiosa e educacional, fortalecendo a Igreja Batista e implementando um sistema educativo distinto dos já existentes da cidade.

A estratégia adotada com a chegada dos missionários e o financiamento americano incluía a fundação de escolas nas áreas onde as igrejas eram estabelecidas. Entretanto, a presença da Igreja Católica representou um grande obstáculo para a missão batista nos primeiros tempos. Elezeare Assis (2019, p. 141-142) menciona que “um dos enfrentamentos de Reno, que tomamos como indicativo do fortalecimento da comunidade batista e, ao mesmo tempo, enquanto indicativo do lugar de poder construído pelo casal Reno junto a essa comunidade, foi a questão relativa ao enterro dos convertidos”.

Os protestantes estavam proibidos de usar os cemitérios religiosos católicos, restando apenas o cemitério público. Segundo Reno (*apud* Assis 2019, p. 142), “é aqui usado para nada além dos paupérrimos da classe mais baixa, para os casos de varíola e febre amarela, e para os protestantes”. Loren Reno, ao escrever essas palavras em 1906, referia-se ao cemitério público situado no Morro do Pinto.

Assis (2019, p. 142) relata que Reno considerava a questão da distinção “essencial para o projeto batista ainda no ano de 1905 [e], como representante dos batistas do estado, Reno solicitou ao Conselho Municipal de Vitória a concessão de um terreno para a construção de um cemitério para os evangélicos”. Superar os obstáculos administrativos e políticos foi necessário, e esses foram relatados à Junta Richmond, nos EUA, em 1906, por Loren Reno, quando ele informou que, após muita insistência, o terreno havia sido cedido e construção da necrópole batista estava garantida:

[...] a lei nos impede de usar terrenos comprados de indivíduos, então a única alternativa para nós era conseguir que o governo nos desse o controle de um pequeno terreno do governo. Os termos são que o terreno fosse inteiramente entregue nas mãos da Igreja Batista para cercá-lo, planejá-lo e mantê-lo. Durante seis meses nós

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

trabalhamos para assegurar isso, e os sacerdotes trabalharam para evitar isso. Duas vezes nossa petição foi negada pelo Conselho Municipal por questões técnicas (Reno, *apud* Assis, 2019, p. 142).

O terreno para instalação do Cemitério da Missão Batista foi designado no sítio Santo Antônio, próximo ao cemitério do Morro do Pinto. A solicitação da área ocorreu em 1905, e os primeiros obituários registrados nos jornais da época são de 1908. Pelo relatório de Loren Reno à Junta de Richmond, deduz-se que a necrópole tenha sido inaugurada em 1906.

Faleceu no dia 6, sendo sepultado a 7 do corrente, no cemitério da Igreja Batista desta Capital, a inocente Clara Uchôa, de 2 anos de idade, querida filha do nosso companheiro político Sr. Ozorimbo Uchôa, a quem sentimentamos por tão rude golpe (Diário da Manhã, 09 fev. 1908, p. 1).

A necrópole batista, mais tarde conhecida como cemitério velho de Caratoíra, foi criada para proteger os protestantes da segregação espacial que os misturava com os “paupérrimos da classe mais baixa” e com “os casos de varíola e febre amarela”, como disse Loren Reno (1908, p. 1). Nesse movimento de defesa, o cemitério batista acabou por criar uma forma de segregação, diferenciando e afirmando os membros de uma nova comunidade. Com a criação subsequente de um cemitério público mais universalista e secularizada, os responsáveis pelo sepultamento de Reno, em 1935, não viram necessidade de enterrá-lo na necrópole que ele havia fundado em 1906. Com o passar do tempo, o cemitério batista foi caindo em desuso e acabou praticamente abandonado ao final da década de 1950. Vejamos como se deu a criação do cemitério público de Santo Antônio, onde Reno foi sepultado e descansa até os dias de hoje.

A adaptação a um novo urbanismo e higienismo moderno

Mais de cem anos antes desses acontecimentos, na Europa do século XVIII que assistia ao desenvolvimento de estruturas urbanas mais complexas, emergiu um cientificismo ligado à administração estatal, conhecido como medicina social. Esse conhecimento surgiu como resposta aos desafios das doenças durante os primeiros movimentos em direção à industrialização. A medicina social reconhecia a importância de compreender o problema de saúde para além de uma dimensão meramente individual, do corpo, mas levando em consideração o contexto social.

Michel Foucault dedicou um capítulo do seu *Microfísica do Poder* (1996) ao surgimento da medicina social. O autor descreve como ela estabeleceu padrões e normas que deveriam ser

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

seguidas pela sociedade, levando a medicina a interferir diretamente na cidade e nos hábitos dos indivíduos. A ciência médica passou a se integrar ao poder estatal, buscando resolver problemas sanitários enfrentados pelo Estado.

Assim, emergiu um novo tipo de poder que medicalizou a cidade, influenciando também os rituais funerários. Gradualmente fortalecido pelo cientificismo, houve mudanças nos locais de sepultamentos na Europa e, conseqüentemente, revisões nos ritos associados à morte. Foucault argumenta que a medicina se tornou um instrumento de controle bio-político, capacitando o Estado a desenvolver políticas públicas fundamentadas em aspectos biológicos e sociais, administrando um poder que se estendia desde as relações familiares até a organização do espaço urbano. “O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (Foucault, 1996, p. 80).

O cientificismo no Brasil, embora tenha surgido tardiamente em relação à Europa, foi profundamente influenciado por suas experiências. Na segunda metade do século XIX, impulsionado pelo crescimento dos ideais republicanos e positivistas, o movimento visava modernizar o Estado brasileiro através de iniciativas urbanas.

Os médicos brasileiros do século XIX, muitos deles filhos de latifundiários com formação na Europa, integrantes de uma elite orientada pela noção de progresso, absorveram significativa influência do cientificismo estrangeiro, enfatizando métodos e abordagens racionais perante a sociedade. Assim como na França, que no século XVIII enfrentou os miasmas, o Brasil via no combate às doenças parte essencial de seu projeto civilizatório.

Com vistas à criação de uma nova Vitória, seguindo os novos padrões urbanísticos, o Presidente do Estado Jerônimo Monteiro, eleito em 1908, apresentou um relatório ao legislativo estadual em maio de 1913, abordando os assuntos do estado durante o quadriênio de 1909 a 1912. Monteiro é reconhecido por inaugurar um novo território cemiterial em Santo Antônio, localizado entre o antigo cemitério do Morro do Pinto e o cemitério protestante dos Batistas.

Dispondo de uma área extensa e apropriada ao destino, ele satisfaz plenamente as exigências da higiene moderna. Já o entreguei concluído aos cuidados e à administração da Prefeitura Municipal e, a 01 deste mês, começou a ser feito ali o serviço de enterramentos, ficando proibida qualquer inumação nos antigos e pequenos cemitérios, existentes no centro da capital, os quais foram fechados (Monteiro, 1913, p. 132-133).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

O presidente do estado inaugurou a nova área cemiterial baseada em projetos anteriores, logo após ter inaugurado, em 1911, o serviço de bondes elétricos, seguido, em 1912, pelo novo serviço funerário, que incluía carros elétricos (Figura 3). Esta inovação permitiu que os enterros fossem conduzidos por bonde: um carro transportava o caixão e outro os acompanhantes, desde a Matriz de Vitória até a nova área designada para o cemitério público em Santo Antônio.

A cerimônia de bênção da inauguração do novo cemitério de Santo Antônio ocorreu em 1º de maio de 1912 (Figura 4), permanecendo presentes no conjunto os dois outros cemitérios mais antigos que, gradualmente, entrariam em desuso: “cemitério velho”, “cemitério novo” e “cemitério dos protestantes” (Figura 5).

Figura 3 – Vagão funerário dos bondes elétricos implementados na cidade de Vitória



Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 4 – Cerimônia de inauguração do cemitério de Santo Antônio em 1º de maio de 1912.



Ao centro, vê-se o presidente do Estado Jerônimo Monteiro e seu irmão, o Bispo Dom Fernando de Sousa Monteiro.

Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

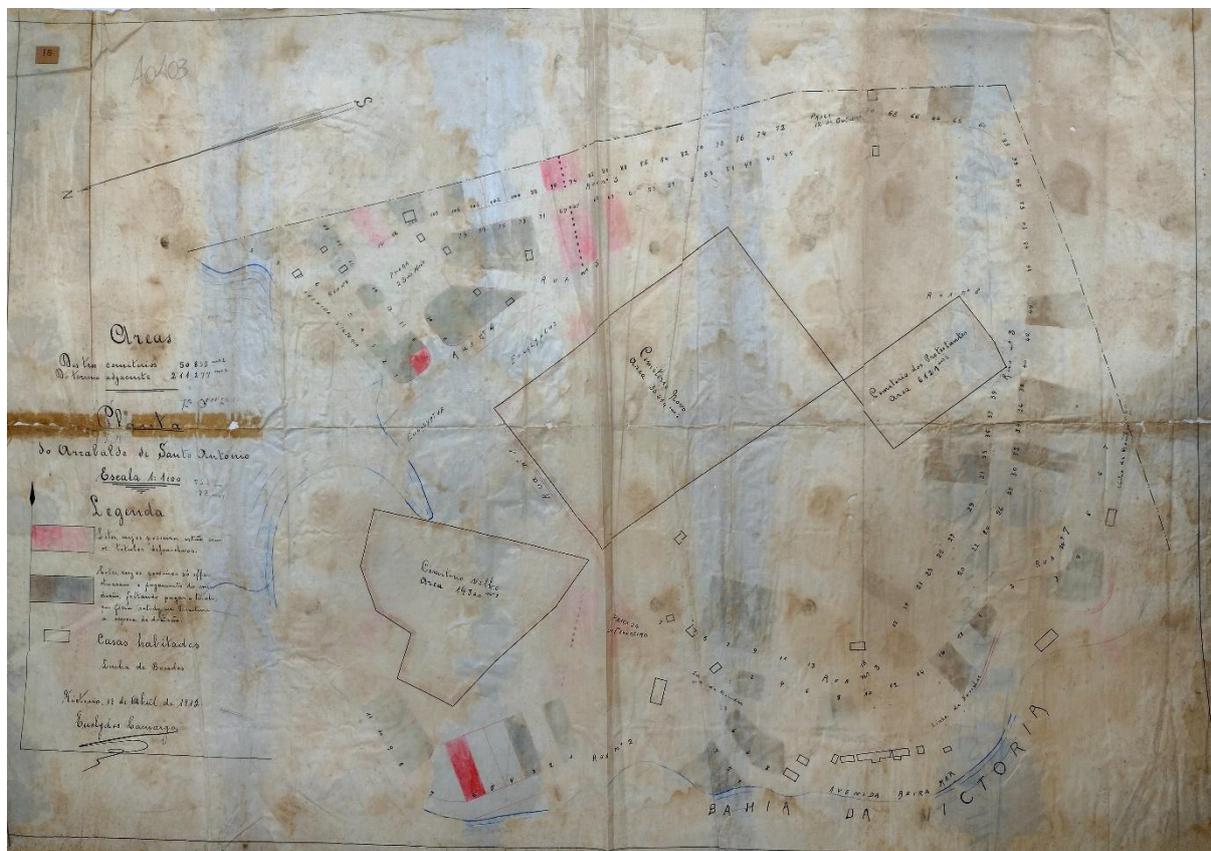
Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 5 – Planta do Arrabalde de Santo Antônio datada de 1912, indicando as áreas dos cemitérios existentes na época



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (ref. A0403).

Com o passar do tempo, o funcionamento do antigo cemitério público do convento de São Francisco foi gradualmente interrompido. O prefeito Octavio Índio do Brazil Peixoto, que liderou a municipalidade entre 23 de maio de 1924 e 23 de maio 1928, decretou o encerramento definitivo da necrópole localizada no alto do morro. Um monumento foi erguido no pátio da edificação para abrigar ossos retirados dos antigos cemitérios de São Francisco, Boa Morte e Sacramento.

Em seu relatório à Câmara Municipal de Vitória em 31 de dezembro de 1927, tratando de vários melhoramentos urbanos e dificuldades enfrentadas em sua gestão, Octavio Índio abordou o tema dos cemitérios:

para pôr fim às cenas de lamentável desrespeito à memória das pessoas sepultadas nos antigos cemitérios existentes no morro de São Francisco [...] decretei, em 1925, a remoção das ossadas, bem como dos mármores existentes sobre as sepulturas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

abandonadas ou destruídas, para o cemitério público ou para as necrópoles novas das associações religiosas a que pertenciam [...] (1928, p. 4).

No mesmo relatório, Octávio Índio também menciona o projeto de criação do cemitério mais novo de Vitória, que ainda hoje está em operação: o cemitério da Boa Vista, conhecido como Cemitério de Maruípe. Este cemitério está situado atualmente em parte da Fazenda Maruhype, que foi incorporada pelo poder público e parcelada a partir de 1897. Esta foi planejada originalmente para acomodar várias instalações públicas importantes, como o cemitério, o Quartel do antigo Esquadrão da Cavalaria do Espírito Santo (atual QGC da Polícia Militar), o Hospital dos Tuberculosos do Espírito Santo (hoje Escola de Medicina da UFES) e o Horto Municipal.

Octávio Índio vinha negociando com a presidência do Estado a localização do novo cemitério desde pelo menos 1926. Embora nenhuma construção tenha ocorrido no local em 1950, os processos para a aquisição do terreno estavam em andamento, conforme documentos administrativos da Prefeitura de Vitória encontrados no Cartório dos Feitos da Fazenda Pública, no qual consta registrada a “Escritura Pública de desapropriação dos terrenos do antigo Sítio de Maruhype”.

O processo de desapropriação começou em 1940, e em 1943 a escritura foi registrada no Registro Geral de Imóveis da comarca de Vitória. No entanto, as obras para a instalação definitiva do cemitério levaram alguns anos para se concretizarem, retomando o antigo projeto de Octávio Índio. Apenas em 1958 a prefeitura começou a tomar ações concretas para a instalação do cemitério, conforme indicado em seus ofícios arquivados.

Assim como a inauguração do cemitério do Morro do Pinto, a primeira necrópole de Santo Antônio, há certa controvérsia histórica em relação ao cemitério de Maruípe (cemitério Boa Vista). Baseado nos dados coletados em nossa pesquisa, acreditamos que a inauguração do cemitério público de Maruípe ocorreu entre o segundo semestre de 1958 e o primeiro semestre de 1959, período em que se completou a organização do espaço cemiterial na cidade de Vitória.

A necrópole assumiu um papel que o novo cemitério de Santo Antônio estava gradualmente abandonando: o de cemitério público, sem perpetuidades, onde todos os defuntos estão sujeitos às mesmas regras de memória e de esquecimento. Com desuso e desaparecimento dos cemitérios do Morro do Pinto e do cemitério Batista, o conjunto cemiterial do bairro de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Santo Antônio tornou-se um complexo que representava aqueles cemitérios que existiam anteriormente dentro do tecido urbano.

Assim, na Figura 6 estão representados o cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento (SS), que era administrado pela Matriz de Vitória; o de Santo Antônio dos Pobres (SAP), pertencente ao Convento São Francisco; o Cemitério da Irmandade da Boa Morte e Assunção (SBM), da Igreja de São Gonçalo; e o da Irmandade de São Benedito do Rosário (SBR), que era administrado pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esses passaram a ser representados no complexo de Santo Antônio, juntamente com o cemitério público (CSA). Esse complexo foi genericamente identificado como um único cemitério público, harmonizado com os poderes eclesiásticos, até aquele momento.

A proposição era simples, cada agremiação religiosa manteria seu quinhão de terra para a realização dos rituais sem agredir os intentos higienistas modernizadores que avançavam sobre a capital em finais do Oitocentos. Era, mais uma vez, uma saída conciliatória para a questão que se arrastava há décadas. A partir dessa perspectiva, as irmandades poderiam continuar gerenciando quem seria inumado em seus respectivos territórios, bem como, possivelmente, manejariam os custos dessa operação (Perini; Cunha, 2019, p. 391).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, n° 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 6 – Configuração atual da área ocupada por cemitérios no bairro de Santo Antônio



Fonte: Desenho projetado por Teixeira (2024) sobre planta urbana de relevo da Prefeitura Municipal de Vitória, no banco de dados GeoWeb (2020).

Essa reorganização preservou a autonomia das irmandades religiosas em relação aos seus territórios e facilitou a adaptação às novas normas higienistas implementadas na capital. Dessa maneira, conseguiu-se uma solução conciliatória que atendeu tanto às necessidades religiosas quanto às exigências sanitárias, o que resolveu uma questão que se arrastava há décadas, promovendo assim um novo ordenamento cemiterial no espaço urbano de Vitória.

Considerações finais

Frequentemente associamos o culto aos mortos, como o conhecemos hoje, às práticas do cristianismo no mundo ocidental, que durante muito tempo exerceu uma forte influência espiritual na gestão da morte. No entanto, Foucault apresenta uma visão diferente ao analisar o surgimento da medicina social:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.
 Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Nada na teologia cristã levava a crer ser preciso respeitar o cadáver enquanto tal. O Deus cristão é bastante Todo-Poderoso para poder ressuscitar os mortos mesmo quando misturados em um ossuário. Em compensação, a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos ou melhor, se possível. É assim que aparece na periferia das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem (1996, p. 89-90).

A reflexão de Foucault sobre a relação entre a teologia cristã e a gestão dos cadáveres revela uma transformação na maneira como as sociedades ocidentais lidam com a morte. Para o autor, o respeito ao cadáver não surge de preceitos teológico-religiosos, mas de preocupações político-sanitárias. Essa mudança de perspectiva sublinha a emergência da medicina social no final do século XVIII, que começa a tratar os mortos com a mesma ordem e classificação destinada aos vivos, não para honrá-los espiritualmente, mas para proteger a saúde pública.

A metáfora do “exército de mortos” demonstra a necessidade de controlar e minimizar os riscos que os corpos sem vida representavam para os vivos, evidenciando uma preocupação crescente com a higiene nas cidades em expansão. Essa análise nos faz reconsiderar as práticas funerárias ao mostrar como as questões de saúde pública influenciaram a gestão dos cemitérios, bem como a maneira como as sociedades ocidentais passaram a organizar seus espaços de memória e despedida.

Em Vitória, assim como em muitas regiões do país, foi possível observar um processo gradual no qual a medicina começou a ocupar o espaço anteriormente dominado pela religião no que diz respeito à morte. Esse fenômeno ocorreu em resposta ao crescimento urbano e ao grande número de mortes causadas por epidemias. Apesar disso, a cultura de despedida dos entes queridos continuou a ser fortemente influenciada pela tradição religiosa. A criação dos cemitérios monumentais, situados fora dos centros urbanos, surgiu da necessidade de incorporar aos túmulos elementos remanescentes das igrejas, agora distantes. Este foi o alicerce da nova arquitetura funerária, com seus próprios símbolos e arte.

Assim, através das fontes primárias dos periódicos da época e documentos dos arquivos da cidade de Vitória, podemos observar como as transformações sociais geraram mudanças territoriais correspondentes, moldando o espaço público da cidade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.
Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.
ISSN: 2316-8544



Referências

ALMEIDA, M. G. A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 1 n. 1, p. 2013-230. 2016. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8118/6993>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ARAÚJO, L. F.; SANTOS, E. R. (Orgs.). **Religiosidade Popular e o desafio da contra-hegemonia no contemporâneo brasileiro**. Ituiutaba: Barlavento, 2020, p. 278-312.

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ASSIS, E. L. **Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935**. 208f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2019.

BACIGALUPO, R. S. Cemitérios: fontes potenciais de impactos ambientais. **História, Natureza e Espaço - Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, v. 1, n. 1, s.p., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/4461>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BARROS, J. M. F. P. de. Relatório. **Vitória**. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856a.

BARROS, J. M. F. P. de. Relatório. **Vitória**. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856b.

BICHARA, T. T. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889**. Vitória, Leoprint, 1984.

BONICENHA, W. **Devoção e Caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória**. Vitória, Editora Multiplicidade, 2004.

BORGES, M. E. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto - Funerary art in Brazil (1890- 1930): italian marble carver craft in Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 17 jun. 1854.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 24 jun. 1854.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 02 jul. 1855.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 16 jun. 1856.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 30 jun. 1856.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, 02 ago. 1871.

DAEMON, B. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. NEVES, M. C. M. (Ed.). Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DERENZI, L. S. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 09 fev. 1908.

FIGUEIREDO, O. M. **Visitas guiadas no cemitério da Consolação em São Paulo: uma apreciação a partir da geografia humanística**. 2017. 177f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

ITAPEMIRIM, B. de. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856.

LEAL, F. J. P. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

LELI, I. T; ZAPAROLI, F. C. M; SANTOS, V. C; REIS, F. A. G. V. Estudos ambientais para cemitérios: indicadores, áreas de influência e impactos ambientais. **Boletim Geográfico Maringá**, v. 30, n. 1, p. 45-54, junho 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/16348>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MATTOS, E. P. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1864.

MONTEIRO, J. S. **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1909 a 1912**. Vitória: Congresso legislativo, 1913.

NASCIMENTO, F. L. Cemitério X novo coronavírus: impactos da Covid-19 na saúde pública e coletiva dos mortos e dos vivos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 4, p. 01–09, maio 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/140>. Acesso: 11 jun. 2024.

NASCIMENTO, F. L. **Cemitérios públicos urbanos municipais da Região Sul do Estado de Roraima (1995 – 2018)**. 2019. 414f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia, Roraima, 2019.

O AUTONOMISTA, Vitória, 20 ago. 1895.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

O AUTONOMISTA, Vitória, 02 set. de 1895.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 16 jan. 1890.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 28 mar. 1894.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, 08 jun. 1894.

PEGAlA, U. A. Estudo geográfico dos cemitérios de S. Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 44, p. 103-120, outubro, 1967. Disponível em: <https://publicação.es.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/issue/view/104>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PEIXOTO, O. Í. B. **Relatório à Câmara Municipal de Vitória**. Jornal Correio da Manhã. 01 jan. 1928.

PEREIRA LEAL, F. J. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

PEREIRA JÚNIOR, J. F. C. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1861.

PEREIRA, L. B. **Ocupação do relevo e fatores de contaminação do solo por metais pesados: Uma análise do Cemitério São José na cidade de Ituiutaba – MG**. 2018. 91f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Ituiutaba, 2018.

PERINI, J. F.; CUNHA, M. D. R. Cuidar mais da saúde dos vivos do que do descanso dos mortos: a Santa Casa da Misericórdia no trato da morte em Vitória, Espírito Santo, na segunda metade do século XIX. **REVISTA M**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8 p. 375-397, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/9344>. Acesso em: 07 jul. 2024.

PETRUSKI, M. R. A cidade dos mortos no mundo dos vivos- os cemitérios. **Revista de História Regional**, Paraná, nº 2, p. 93-108, outubro, 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PETSCH, C; MONTEIRO, J. B; BUENO, M. B. Cemitérios e a Questão do Planejamento Territorial em Pequenas Bacias: o Caso do Córrego Sussuí – Engenheiro Beltrão – PR. **Revista Brasileira de Geografia Física**, n. 5, p. 989-999, agosto 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232701/26709>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PITTE, J. R. A short cultural geography of death and the dead. **GeoJournal**, Vol. 60, nº 4, 2004, p. 345-351. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:GEJO.0000042970.93288.0e>. Acesso em 16 jan. 2024.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

PIVA, I. M. P.; SIQUEIRA, M. P. S. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em vitória – ES (1850-1889). **Revista Agora**, Vitória, nº 2, 2005.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, E. C. M. **O céu aberto na terra, uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo**. São Paulo: Necrópolis, 2006.

ROCHA, C. M; SILVA, C. O; SANTOS, E. C. P. Espaço urbano e recursos hídricos: uma análise dos impactos ambientais causados pelo cemitério campo santo José Augusto na cidade de Ibataguara/AL. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 174-187. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/24277/pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ROCHA, M. A. B. B. A construção e secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá nos Séculos XIX e XX. **Revistainter-legere**, Natal, n. 12, 2013, p. 197-213. Disponível em: <https://periodico.sufrn.br/interlegere/article/view/4201>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SLOANE, D. C. **Is This cemetery Dead?** Chicago: The university of Chicago Press, 2018.

TEIXEIRA, P. B. **Sete Palmos de Terra**: Historiografia e desigualdade na formação territorial dos cemitérios de Vitória/ES. 2022. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- graduação em Geografia, Vitória, 2022.

TEIXEIRA, P. B; FREIRE, A. L. O. Transformações espaciais e culturais em tempos de pandemia: nova realidade sobre a morte e as necrópoles brasileiras. *In*: Anderson Pereira Portuguez; ARAÚJO, L. F. de; SANTOS, E. R. dos (Org.). **Religiosidade Popular e o desafio da contra-hegemonia no contemporâneo brasileiro**. 5º ed. Ituiutaba: Barlavento, 2021, v., p. 278-312.

TEIXEIRA, P. B; ROBAINA, I. M. M. A cidade dos vivos e a cidade dos mortos: considerações geográficas sobre cemitérios, transformações urbanas e políticas territoriais na cidade de Vitória, Espírito Santo (1912-1989). **ATRIO- Revista de Historia del Arte**, Espanha, n. 29, p. 284-306, 2023. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/atrio/article/view/8101/8345>. Acesso em: 05 jun. 2024.

TYPOGRAPHIA CAPITANIENSE, Vitória, 23 maio 1851.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. Historiografia dos cemitérios de Vitória/ES como território urbano. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122501, 2025.

Submissão em: 02/08/2024. Aceito em: 24/10/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons